



JOINVILLE-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE -
SANTA CATARINA

Auxiliar de Educador

EDITAL Nº 004 – PREF. JOINVILLE, DE 24 DE
OUTUBRO DE 2023

CÓD: SL-1330T-23
7908433244141

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial. Emprego das letras	16
4. Emprego da acentuação gráfica	20
5. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	21
6. Emprego/correlação de tempos e modos verbais	23
7. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	25
8. Emprego dos sinais de pontuação.	27
9. Concordância verbal e nominal	29
10. Emprego do sinal indicativo de crase	31
11. Colocação dos pronomes átonos.	31
12. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	32
13. Separação de sílaba.	33

Matemática

14. Números inteiros e racionais (adição, subtração, multiplicação e divisão).....	41
15. Razões e proporções; Divisão proporcional; Regras de três simples e compostas; Porcentagens.....	47
16. Interpretação de gráficos e tabelas.....	54
17. Média aritmética simples	60
18. Raciocínio lógico	60

Políticas e Legislações da Educação

1. Constituição Federal de 1988 (Artigos nº 205 a nº 214).....	69
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações	72
3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações	89
4. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações.....	127
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos – Resolução CNE/CEB nº 07/2010.....	144
6. Plano Municipal da Educação (Lei nº 8.043/2015)	151
7. Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei Federal nº 13.005/2014. Metas e Estratégias relacionadas à Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos)	165
8. Lei complementar nº 266/2008 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município de Joinville, das autarquias e das fundações públicas municipais	179
9. Lei nº 9.214/2022 – Institui o Programa de Valorização por Resultados na Aprendizagem no âmbito das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Joinville.....	198
10. Currículo da Rede Municipal de Joinville	202

ÍNDICE

11. Resolução CNE/CP nº 1/2020 – Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada)	202
12. Resolução CNE/CEB nº 1/2021 – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos à Distância	211

Conhecimentos Específicos

Auxiliar de Educador

1. Pensadores da Educação e suas concepções	219
2. pedagogia da infância	225
3. as diferentes dimensões humanas.....	225
4. os direitos da criança	230
5. Concepções de deficiência.....	238
6. Inclusão Escolar.....	242
7. Organização do tempo e espaço nas instituições de educação infantil e ensino fundamental.....	249
8. As fases do desenvolvimento e sua relação com a construção da autonomia	256
9. A criança e seu espaço.....	260
10. Prevenção de acidentes	260
11. Cuidar e Educar.....	262
12. Ludicidade, jogos e brincadeiras.....	264
13. Noções de higiene pessoal.....	276
14. Noções de alimentação escolar	282

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta ou indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos a particulares e instituições privadas;

VII-instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude;

VIII-zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

IX-impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente;

X-representar ao juízo visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível;

XI-inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

XII-requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.

XIII-intervir, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. (Incluído pela Lei nº 14.344, de 2022) Vigência

§1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuserem a Constituição e esta Lei.

§2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade do Ministério Público.

§3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.

§4º O representante do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.

§5º Para o exercício da atribuição de que trata o inciso VIII deste artigo, poderá o representante do Ministério Público:

a) reduzir a termo as declarações do reclamante, instaurando o competente procedimento, sob sua presidência;

b) entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

c) efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.

Art. 202. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.

Art. 203. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 204. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

Art. 205. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

CAPÍTULO VI DO ADVOGADO

Art. 206. A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta Lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

Parágrafo único. Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem.

Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.

§1º Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.

§2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.

§3º Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

CAPÍTULO VII DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS

Art. 208. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, referentes ao não oferecimento ou oferta irregular:

I-do ensino obrigatório;

II-de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;

III – de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)

IV-de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

V-de programas suplementares de oferta de material didático-escolar, transporte e assistência à saúde do educando do ensino fundamental;

VI-de serviço de assistência social visando à proteção à família, à maternidade, à infância e à adolescência, bem como ao amparo às crianças e adolescentes que dele necessitem;

VII-de acesso às ações e serviços de saúde;

VIII-de escolarização e profissionalização dos adolescentes privados de liberdade.

IX-de ações, serviços e programas de orientação, apoio e promoção social de famílias e destinados ao pleno exercício do direito à convivência familiar por crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

X-de programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas e aplicação de medidas de proteção. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

XI-de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência. (Incluído pela Lei nº 13.431, de 2017) (Vigência)

CONSIDERANDO que:

O art. 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define as incumbências dos docentes, com destaque para o Inciso III, com a incumbência de “zelar pela aprendizagem dos alunos”;

O § 1º do art. 62 da LDB define que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”;

O inciso III do art. 63 da LDB define que “os Institutos Superiores de Educação manterão (...) programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis”;

A Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014;

A Meta 16 do PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, define que, nos termos do art. 7º dessa Lei, “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração” para “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da Educação Básica, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”;

O § 1º do art. 5º das Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, entre outras disposições, estabelece que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores;

A BNCC prevê aprendizagens essenciais, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, as quais requerem o estabelecimento das pertinentes competências profissionais dos professores;

O § 8º do art. 62 da LDB estabelece que os currículos dos cursos destinados à formação de docentes para a Educação Básica terão por referência a BNCC; A Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, em seu art. 11, estabelece o prazo de 2 (dois) anos, contados da data de homologação da BNCC, para que seja implementada a referida adequação curricular da formação docente;

Resolve:

CAPÍTULO I DO OBJETO

Art. 1º A presente Resolução dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores, que atuam nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), constante do Anexo desta Resolução, a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação continuada de Professores da Educação Básica.

Art. 2º As presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, articuladamente com a BNC Formação Continuada, têm como referência a implantação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC), instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 e a Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação), instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica:

I - conhecimento profissional;

II - prática profissional; e

III - engajamento profissional.

Parágrafo único. Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes.

CAPÍTULO II DA POLÍTICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Art. 4º A Formação Continuada de Professores da Educação Básica é entendida como componente essencial da sua profissionalização, na condição de agentes formativos de conhecimentos e culturas, bem como orientadores de seus educandos nas trilhas da aprendizagem, para a constituição de competências, visando o complexo desempenho da sua prática social e da qualificação para o trabalho.

Art. 5º As Políticas da Formação Continuada de Professores para a Educação Básica, de competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com os marcos regulatórios definidos pela LDB e, em especial, pela BNCC e pela BNC-Formação, tem como princípios norteadores:

I - Respeito aos fundamentos e objetivos da Constituição Federal (artigos 1º e 3º) em sua atuação profissional, honrando os princípios de soberania nacional, cidadania e dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, além do pluralismo político, de forma a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que garanta o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo desigualdades sociais e regionais, para promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Reconhecimento e valorização, no âmbito da Educação Básica, das instituições de ensino - com seu arcabouço próprio de gestão, e condicionada às autoridades pertinentes - como estrutura preferencial para o compartilhamento e a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas - para assimilá-lo, transformá-lo e fazê-lo progredir - e a aquisição de competências sociais e emocionais - para fruí-lo plenamente;

III - Colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da política nacional de formação continuada de professores para a Educação Básica; IV - Reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo

[...] “a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento; mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem”.

Análise do Episódio a partir da Perspectiva Vygotskiana

Tentando empregar as categorias acima, na tentativa de construir uma pedagogia com base sócio histórica, é possível dizer que uma forma de promover a aprendizagem é envolver os alunos em uma atividade colaborativa. Trata-se, pois, de agrupar crianças com distintos níveis de experiência, habilidades e conhecimentos, para trabalharem juntas, buscando alcançar um mesmo objetivo, discutindo quais são as melhores formas de se chegar a ele e assumindo o risco de colocar suas hipóteses à prova. É interessante notar que escolas organizadas em moldes tradicionais oferecem poucas ocasiões de se viver experiências desse tipo, nas quais os alunos podem, com o professor e com os colegas, elaborar compreensões comuns mais sofisticadas. Em escolas como a observada, os professores tendem a dominar a sala de aula, reduzindo drasticamente a participação dos alunos em sala.

Outro aspecto interessante de uma pedagogia com base sócio histórica é ancorar o ensino nas experiências e habilidades prévias dos alunos, partindo do NDR e encaminhando-se para o NDP, cabendo ao docente auxiliar os educandos durante esse percurso, atuando na ZDP

Nessa ótica, cabe salientar que um bom ensino é aquele em que o professor identifica o que os alunos já dominam - suas experiências, habilidades e pontos de vista - articulando-o com os conhecimentos, habilidades ou ponto de vista científico. Na escola tradicional, em contrapartida, os professores muitas vezes se dedicam a ensinar regras, conceitos abstratos e descrições conceituais, quando na verdade, seria mais proveitoso auxiliar as crianças oferecendo-lhes experiências nas quais pudessem compreender como esses foram elaborados e como podem ser empregadas no cotidiano. Isso requer contextualização.

Três níveis de contextualização podem ser utilizados pelos professores.

O **primeiro** requer que se ativem os conhecimentos/experiências/habilidades prévias dos alunos, algo bastante individualizado e pessoal.

O **segundo** nível envolve conectar aquilo que é conhecido de cada criança às experiências concretas do conjunto das crianças, ampliando os contextos em que o conhecido pode ser situado/empregado/reconhecido.

O **terceiro** nível indica ser preciso conectar o conhecido ao que «precisa-ser-aprendido», envolvendo os estudantes na busca de conexões vitais entre eles. O conhecido - agora amplamente contextualizado e pleno de concretude - articula-se com o novo, mediante a ajuda do professor, através de um processo ativo de análise e interpretação, totalmente diverso da simples associação. Atuando em conformidade com esse aspecto, o professor evita que os alunos aprendam apenas abstrações dissociadas do real e sem vínculos com suas experiências.

Nesse sentido, Donovan, Bransford e Pellegrino elucidam que, quando a compreensão inicial dos alunos sobre determinado assunto (conceitos cotidianos) não é articulada às informações que lhes são apresentadas (conceitos científicos), eles podem não com-

preender o que lhes foi ensinado ou dominam relativamente o assunto apenas para efeitos de testes e avaliações. De fato, quando isso acontece, eles tornam a pautar seu pensamento em hipóteses e conceitos cotidianos, tão logo deixem a sala de aula. Não aprenderam o que era esperado.

Adicionalmente, como a aula é planejada levando em conta diferentes NDR, o planejamento do ensino requer atividades diversificadas, a serem realizadas concomitantemente, pelos diferentes grupos de alunos. Com isso, soluciona-se um fenômeno muito frequente nas salas de aula organizada nos moldes tradicionais: planejar uma única aula e/ou atividade para alunos com diferentes conhecimentos e experiências, algo que, se benéfico para alguns alunos, exclui do ensino tanto os menos e os mais experientes.

Ao planejar uma aula sem considerar os conhecimentos prévios dos educandos, tampouco suas particularidades, a prática pedagógica homogeneiza-se, tratando como iguais crianças que na verdade são diferentes. O resultado é que uns não acompanham a aula e outros nela se aborrecem.

Outro aspecto a ser salientado diz respeito à importância de desenvolver o domínio da linguagem ao longo das aulas. A participação dos alunos no momento em que está expondo um dado conteúdo desconcentra e atrapalha: não traz nenhum benefício à classe. De fato, a literatura aponta que os docentes seguem fielmente a tradição pedagógica, na qual a aula é entendida como mera repetição de algo já elaborado - e tido como pronto ou definitivo - e não de algo a ser construído coletivamente.

Assim, a professora pode explicar e pedir aos alunos que façam sozinhos, sem interação com os colegas, um exercício de consolidação. As crianças tentam, sem saber ao certo o que aprenderam e, menos ainda, como empregar esse suposto conhecimento na tarefa. O mundo real, aparentemente excluído da sala de aula, precisa ser recuperado e uma excelente forma de fazer isso é escutar o que as crianças têm a dizer, pois, sem isso, não há como aquilatar o que conhecem e o que ignoram; não se contextualiza aos novos conceitos; não se criam condições para confrontar pontos de vistas, discutir ideias, organizar e expressar o próprio pensamento.

De fato, ao oferecer oportunidades para o desenvolvimento da linguagem, o docente contribui, concomitantemente, para a organização do pensamento do aluno. O diálogo ocupa posição tão central na visão de Vygotski, que esse autor chega a definir o ato de pensar como diálogo (interno) consigo mesmo (ou seja, com as ideias de vários Outros que já foram apropriadas ou aprendidas). Cabe, pois, criar um clima de entusiasmo diante do aprender, encorajando os alunos a se envolverem coletivamente na tarefa, aprendendo uns com os outros e todos com a professora, a resolver problemas reais, progressivamente mais complexos e abstratos.

A conversa auxilia o pensamento, torna-o cada vez mais flexível (pois se é forçado a perceber que há muitos e diversificados pontos de vista acerca de um único evento), ensina que é preciso ouvir quando se quer ser ouvido, que é preciso argumentar e defender boas ideias. Em uma conversa rica em torno de um conteúdo interessante, há uma intensa negociação de sentidos e significados, algo que estimula, ao mesmo tempo, o desenvolvimento afetivo, cognitivo e social. Não se trata de tumultuar a sala de aula e, sim, de desenvolver habilidades comunicativas, algo que envolve pensamento e análise, nunca repetição. Com isso, inegavelmente se sai do NDR e se alcança o NDP.

Em síntese, o episódio analisado mostra que a professora não aproveita as oportunidades de promover o desenvolvimento linguístico de seus alunos, ficando presa a um procedimento rígido de

03. (SEARH/RN - Professor - Anos Iniciais - IDECAN) Analise as afirmativas correlatas.

I. "A criança se desenvolve e se socializa em diferentes espaços."

Portanto

II. "Desenvolvimento e socialização definem o papel da educação infantil."

Assinale a alternativa correta.

(A) As duas afirmativas são falsas.

(B) A primeira afirmativa é verdadeira e a segunda, falsa.

(C) A segunda afirmativa é uma justificativa correta da primeira.

(D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.

04. (Prefeitura de Betim/MG - Professor de Educação Infantil)

A Educação Infantil é um direito das crianças brasileiras. Em relação à função das instituições de ensino infantil, é CORRETO afirmar que:

(A) Se prestam ao cuidado de crianças de 0 a 2 anos, substituindo a ação de familiares que não têm disponibilidade para cuidar de seus filhos, por falta de renda ou por trabalhar fora de casa.

(B) Desenvolvem práticas assistencialistas, reforçando a parceria entre Estado, comunidades carentes e grande capital financeiro.

(C) Atendem populações de 0 a 6 anos, para oferecer cuidado referente à higiene, à alimentação, à saúde e ao desenvolvimento de atividades psicopedagógicas e lúdicas.

(D) As creches e pré-escolas existem porque atendem a um direito das famílias, principalmente, das mães trabalhadoras, que precisam ser liberadas das tarefas domésticas.

05. (SEARH/RN - Professor - Anos Iniciais - IDECAN) Conceber

a criança como o ser social que ela é significa, EXCETO:

(A) Ocupar um espaço somente geográfico.

(B) Pertencer a uma classe social determinada.

(C) Considerar que a criança tem uma história.

(D) Estabelecer relações definidas segundo seu contexto de origem.

06. Acerca das teorias psicológicas que fundamentam a aprendizagem humana, julgue o item a seguir:

As crianças aprendem a cuidar de si mesmas através de repetição e memorização.

() CERTO

() ERRADO

07. É correto afirmar que organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias.

() CERTO

() ERRADO

08. Dentre os aspectos determinantes no processo de saúde/doença da criança, pode-se destacar:

(A) Estrutura física da creche e água tratada.

(B) Água tratada, higienização correta dos alimentos, estrutura física e acessibilidade à produtos químicos.

(C) Acessibilidade à produtos químicos, higienização correta dos alimentos e estrutura física

(D) Estrutura física, água tratada, higienização correta dos alimentos, acessibilidade à produtos químicos e higiene.

(E) Estrutura física da creche, higiene, água tratada, higienização correta dos alimentos, acessibilidade à produtos químicos e o mais importante de todos, a atenção direcionada à criança.

09. Em relação aos problemas gastrintestinais, pode-se afirmar que os fatores de risco está intrinsecamente relacionado com as atitudes das crianças.

() CERTO

() ERRADO

10. (Prefeitura de Tijuca – Merendeira – FEPESE) Alimentos construtores são os alimentos que têm a função de fabricar mais matéria viva para o organismo, renovando-o e fortalecendo-o. São alimentos ricos em proteínas.

Assinale a alternativa que apresenta exemplo de um alimento construtor.

(A) Mel

(B) Trigo

(C) Carne

(D) Arroz

(E) milho

11. (Prefeitura de Tijuca – Merendeira – FEPESE) Alimentos energéticos são os alimentos que têm como principal função dar energia ao organismo.

Assinale a alternativa que apresenta exemplo de um alimento energético.

(A) batata

(B) banana

(C) espinafre

(D) abóbora

(E) beterraba

12. (Prefeitura de Fortaleza/CE – Nutricionista) São informações obrigatórias nos rótulos dos alimentos, EXCETO:

(A) lista de ingredientes.

(B) prazo de validade.

(C) conteúdo líquido.

(D) demonstrar propriedades que não possuam.

13. (CRB 6ª Região - Auxiliar de Serviços Gerais – Quadrix) São critérios fundamentais para o armazenamento de alimentos, exceto:

(A) separação por categoria.

(B) dispostos longe do piso, sobre estrados fixos ou móveis.

(C) ambiente com temperatura e ventilação adequadas.

(D) embalagens íntegras, de identificação visível e com dados necessários para garantir a rastreabilidade e a validade, de acordo com a legislação vigente.

(E) os produtos devem ser utilizados sempre segundo o sistema PEPS - Primeiro que Entra, Primeiro que Sai.